



MARECHAL-DE-CAMPO MANOEL DEODORO DA FONSECA – Sua saúde ações e objetivos políticos no dia 15 de novembro de 1889

Cláudio Moreira Bento

Neste artigo o autor discute, à luz de bem elaborada pesquisa, os fatos marcantes do dia 15 de novembro de 1889 e as razões que levaram o Marechal Deodoro da Fonseca a proclamar a República como forma de governo da Nação Brasileira.

Conferência proferida no Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, em 8 de agosto de 1989.

INTRODUÇÃO

A ideia popular dominante sobre a Proclamação da República é que ela teve lugar depois da entrada do Marechal Manoel Deodoro da Fon-

seca no interior do Quartel-General do Exército, atual Palácio Duque de Caxias, então sob as ordens diretas do Marechal Floriano Peixoto, Ajudante-General do Exército.

Nessa ocasião, depois de

dominada a situação, Deodoro para alguns teria proclamado a República, ao vivá-la tão logo transpôs a Porta Principal do Quartel-General, conforme cena imortalizada por Rodolfo Bernardelli, na tela "Proclamação da República", cujo original se encontra na Academia Militar das Agulhas Negras.

No entanto, recorrendo-se às poucas testemunhas disponíveis sobre o assunto, a idéia que fica é que o Marechal Deodoro, naquela hora, não proclamou a República. Ele simplesmente derrubou o Gabinete Ouro Preto, reunido na Secretaria da Guerra no Quartel-General, no segundo andar, sobre o portão do QG. E isso foi o que, em realidade, aconteceu.

As fontes existentes permitem reconstituir-se satisfatoriamente as ações do Marechal Deodoro nesse dia, mas não com segurança os seus intentos políticos, bem como reconstituir-se os lances principais da muito bem urdida, sucedida e incrível conspiração político-militar. Pois seus segredos foram levados para o túmulo, em especial pelos Marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, Tenente-Coronel Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Major Solon Ribeiro, seus principais protagonistas no Exército, deixando assim um buraco negro na história do 15 de novembro de 1889, que dá origem a

várias versões.

Da análise da situação, à luz das fontes disponíveis, é possível fazer-se a seguinte interpretação:

Com a morte de Osório e Caxias, emergiram os problemas entre a classe militar e o governo, que deram origem à Questão Militar, ao longo da qual despontaram, como líderes da classe militar, o Marechal-de-Exército José Antônio Correia da Câmara e o Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca, assinalados heróis da Guerra do Paraguai. E a luta de ambos durou de 1881 a 1889.

Em 1881, o Marechal Deodoro e seu irmão, o General Severiano Martins (não confundir-se com o Dr. João Severiano) já integravam o Diretório Militar que se reunia no consistório da Igreja Santa Cruz dos Militares. Ele visava a incentivar oficiais do Exército e da Marinha a disputar cargos eletivos pelos partidos Liberal e Conservador para, na Câmara e no Senado, democraticamente, acautelarem interesses da classe militar que não vinham sendo atendidos e que vieram dar origem à citada Questão Militar (1883-88). Ambos os partidos, Liberal e Conservador, "cristianizaram" os candidatos militares. Nenhum se elegeu. Isto, segundo Américo Jacobina Lacombe, em palestra no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 18 de julho de 1989, no

Curso "Os Militares e a Proclamação da República", foi causado pelo desequilíbrio entre as classes dos bacharéis em Direito e dos Militares na administração pública e representação parlamentar.

Daí surgiu, ainda mais tarde, segundo se deduz de carta do Dr. João Severiano ao seu irmão Marechal Deodoro, quando este foi enviado em missão a Mato Grosso, depois da fundação do Clube Militar (26 Jun 1887), um esforço conjunto dos partidos Liberal e Conservador para anular a influência crescente, no Exército, do Marechal Deodoro da Fonseca e de seu irmão, General Severiano Martins, então Ajudante-General do Exército, (com a função de comandar todo o Exército e, diretamente, o Comando-das-Armas da Corte, personagem que acaba de merecer oportuno e valioso estudo do general Alberto Martins da Silva, grande estudioso da família Fonseca).

O partido Republicano, em crescimento acelerado, a tudo percebia e aguardava o momento ideal para tirar proveito, em prol da República, desse confronto entre a classe militar e o governo.

Deodoro, ao penetrar no interior do Quartel-General, sem reação, segundo Pedro Calmon, apoderou-se da situação, conquistou o governo e passou a presidir o futuro".

Acreditamos que nessa ocasião, Deodoro só desejasse substituir o Gabinete de Ministros ou o Gabinete Ouro Preto, e que só teria sido levado a assinar a Proclamação da República à tarde, em sua casa, ao ser informado da disposição do Imperador D. Pedro II, de substituir o gabinete deposto por ele, por outro chefiado pelo senador gaúcho Gaspar Silveira Martins, velho e figadal desafeto de Deodoro. Falta mais elementos para concluir-se definitivamente sobre esse fato.

Segundo o ex-ministro do Exército, General-de-Exército Aurélio de Lyra Tavares, em recente livro, *Aristides Lobo e a República*, "Deodoro, ele próprio, como chefe natural, não estava seguro das consequências e das responsabilidades que lhe caberiam depois, nem até que ponto iria chegar, limitando-se, quanto à eventualidade natural, da composição do futuro ministério, a expor o seu pensamento; ficaria a seu cargo e de Benjamin Constant a decisão sobre assuntos militares, ao passo que as de caráter civil caberiam a Quintino Bocaiúva com os políticos civis engajados no movimento".

É possível que os fatos, em 15 de novembro de 1889, tenham tido o seguinte curso: conquista do Quartel-General por Deodoro; derrubada do Gabinete Ouro Preto; desfile lide-

rado por Deodoro pelas ruas do Rio de Janeiro até o Arsenal de Marinha, onde conquistou apoio oficial da Armada; tentativa de D. Pedro II de formar o Gabinete Silveira Martins, o que teria desgostado muito Deodoro; pressão dos republicanos militares e civis em prol da República; proclamação da República por Deodoro, em casa, à tarde, rendido após estar seguro de haver dominado a situação e empolgado o poder de modo irreversível.

Um buraco negro que ficou na história da Proclamação da República. Consiste na explicação e reconstituição das ações e pensamentos do Marechal Floriano Peixoto nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 1889.

Por isso, seu biógrafo, Salm de Miranda, em *Floriano*, escreveu: "O Marechal-de-Campo Floriano Peixoto é, incontestavelmente, um dos personagens mais discutidos da Proclamação da República. Os maiores ataques que lhe têm sido feitos, as maiores dúvidas contra ele o focalizam durante a jornada de 15 de novembro. Acusam-no uns de desleal porque, sendo Ajudante-General do Exército, praticamente o comandante do Exército, não reuniu forças, não tomou providências, nem comandou a resistência. Acusam-no outros de duplidade de atitude, porque estava junto ao Gabinete Ouro Preto,

reunido no Ministério do Exército, apesar de conhecer e estar comprometido com a conspiração. Acusam-no de apático e indiferente aos graves acontecimentos de que foi parte."

E aqui é importante que se refira ao que disse o líder civil do movimento, Quintino Bocaiúva, sobre o Marechal Floriano na conspiração de que resultou o 15 de novembro: "O Floriano era dos nossos, havia muito. Era mesmo dos que estavam senhores do movimento. Era apenas cauteloso, com ronha (astúcia), que todos lhe conheciam. De vez em quando dizia: Vejam bem o que vão fazer. Não se precipitem!" (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino Bocaiúva*, 1987, V. 1. p. 646.)

O Marechal Rondon, testemunha e também um dos protagonistas do 15 de novembro de 1889, viu, como preocupação central de Floriano, evitar derramamento de sangue nesse dia, o que foi conseguido.

Desde 15 de novembro de 1889, os historiadores não têm conseguido traduzir uma versão aceitável dos diálogos travados entre Deodoro e o Visconde de Ouro Preto, por ocasião da deposição do Gabinete de Ministros respectivos, reunido na Secretaria da Guerra.*

As palavras colocadas nas bocas do Marechal Deodoro e de Ouro Preto merecem, versões diversas.

O próprio Visconde de Ouro Preto, ao escrever sobre o episódio no exílio, atribui a Deodoro estas palavras, em seu Manifesto de Lisboa: "O Marechal Deodoro declarou que o Ministério estava deposto e que organizaria outro, de acordo com indicações que iria levar ao Imperador" e, quanto a este, concluiu, "teria sua dedicação, pois era seu amigo e devia-lhe atenções".

Essa versão foi rebatida por Clodoaldo da Fonseca, sobrinho do Marechal, no trabalho "Deodoro e Ouro Preto" in: *Deodoro e a Verdade Histórica* (Rio, Imprensa Nacional, 1933 pp. 103-114).

Assim, em torno do objetivo político fundamental do Marechal Deodoro em 15 de novembro de 1889, existem duas correntes:

1^a – Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor só o Gabinete Ouro Preto, por ser hostil ao Exército, e substituí-lo por outro que proporia ao Imperador;

2^a – Deodoro objetivava, em 15 de novembro de 1889, depor o Gabinete Ouro Preto e, em seguida, implantar a República.

Coloco-me ao lado desta última corrente.

Politicamente, o Marechal Deodoro não se definia como republicano e sim como conservador, em razão de "só os conservadores terem defendido o Exército". Mas possuía uma lar-

ga vivência com familiares republicanos.

A operacionalidade do Exército e o trato justo dos problemas da classe militar, descuidados de 1870 a 1889 pelo Império, foram as motivações principais de sua luta, que culminou com a Proclamação da República.

A Reforma Militar, executada em grande parte por seu sobrinho Marechal Hermes da Fonseca, de 1904 a 1914, era seu sonho profissional, segundo captou, por tradição familiar, seu parente, o historiador Roberto Piragibe da Fonseca, filho de seu sobrinho e ex-ajudante-de-ordens Clodoaldo da Fonseca. Era o ideal que Deodoro chamava de "Reforma Redentora" do Exército, mas que não lhe foi possível sequer encaminhar, pois esse problema vital até sofreu um retrocesso, com o Regulamento de Ensino de 1890 do Ministro da Guerra Benjamin Constant, de inspiração positivista, que agravou ainda mais o problema da operacionalidade do Exército, pela predominância do bacharelismo militar sobre o profissionalismo militar, o qual só foi reabilitado a partir do Regulamento de Ensino de 1905.

"Eu sou eu e as minhas circunstâncias" afirmou o filósofo Ortega y Gasset. Assim abordaremos, a seguir, as circunstâncias político-militares que envolveram o Marechal Deodoro, de

1870 até 15 de novembro de 1889, e neste dia, para melhor comprehendê-lo e o seu papel na História da centenária República em que vivemos, que não poderá deixar de fazer-lhe justiça, como o seu proclamador ideal e providencial, e por haver preservado o Exército naquela quadra.

Antecedentes político-militares de Deodoro antes da Proclamação da República, em 15 de Novembro de 1889.

Deodoro voltou da Guerra do Paraguai sacramentado por seu heroísmo e sua legenda de bravo. Conquistou as promoções de major, tenente-coronel e coronel por atos de bravura. Foi também premiado por outros feitos de bravura, por condecoração específica a título de "reiterados atos de bravura" em combate. Nessa guerra, em certo momento, salvou a vida do General Osório, o legendário.

Cronologicamente, devemos assinalar:

1873 – Deodoro é coronel comandante do Regimento Mallet, em São Gabriel-RS, quando ingressou na Maçonaria, na loja Rocha Negra, fundada para promover a Abolição e a Instrução Pública. Loja Maçônica que mereceu, do General Morivalde Calvet Fagundes, recente estudo em livro. Mais tarde, como Chefe de Governo, foi ele-

vado a Grão Mestre da Maçonaria no Brasil).

– Deodoro e irmãos dão liberdade aos escravos da família.

14 de outubro de 1874 – Deodoro deixa o comando do Regimento Mallet, por ter sido promovido a brigadeiro. Foi designado comandante da Fronteira Livramento-Quaraí.

23 de Fevereiro 1881 – Deodoro participa, no Rio de Janeiro, da Fundação do Diretório Militar, junto com seu irmão General Severiano Martins – entidade que, mais tarde, iria desaguar no Clube Militar, tendo, como órgão de divulgação, o jornal *O Soldado*.

1883 – É apresentado projeto de lei instituindo um montepio, à base de contribuições dos militares, e alterando a reforma dos militares. Esse projeto suscitou reações na classe militar, e foi abandonado.

1º de janeiro de 1884 – É editado o primeiro número do jornal *A Federação*, dos republicanos gaúchos, que passou a apoiar os militares na Questão Militar.

30 de agosto de 1884 – Deodoro é promovido a Marechal-de-Campo.

23 de agosto de 1885 – Deodoro é nomeado Quartel-Mestre-General do Exército e, portanto, responsável pelo apoio logístico, em estacionamentos do Exército.



Coronel Manoel Deodoro da Fonseca, em São Gabriel, como comandante do atuai Regimento Mallet, ano de 1873, quando ingressou na Loja Maçônica Rocha Negra, então fundada por militares e civis para "promover a abolição da escravatura e a educação pública."

26 de setembro de 1885 – Deodoro é nomeado comandante das Armas da Província do Rio Grande do Sul.

Março 1886 – O Tenente-Coronel Sena Madureira publica artigo abolitionista em Porto Alegre. Atacado pela Imprensa violentamente, pelo parlamentar Franco de Sá, revidou também pela imprensa. Em consequências foi punido. Recebeu a solidariedade da classe militar e de seus líderes, Marechais Deodoro e Câmara, e teve início a principal vertente da chamada Questão Militar.

30 de março de 1886 – Jú-

lio de Castilhos, em *A Federação*, atribui, em artigo "A Classe Militar", que o governo "ofendeu os brios do Exército no incidente Sena Madureira".

3 de setembro de 1886 – Deodoro, como Presidente Interino do Rio Grande do Sul, interpelado pelo Ajudante-General do Exército, pelo fato de não ter coibido seu subordinado, Sena Madureira, de discutir publicamente pela imprensa, responde que não o fez em razão do regulamento vedar discussões pela imprensa entre militares, mas não entre militares e civis.

30 de setembro de 1886 – Deodoro, ainda Presidente e Comandante-das-Armas do Rio Grande, permite que toda a guarnição do Exército de Porto Alegre se reunisse e homenageasse Sena Madureira, ao que se juntou o jornal republicano *A Federação*, de Júlio de Castilhos.

4 de outubro de 1886 – Deodoro, inquirido pelo Presidente do Conselho de Ministros-Cotegipe sobre punição não imposta a Sena Madureira, reafirma "a impraticabilidade de aplicação dos regulamentos militares disciplinares aos atos públicos entre civis e militares", o que equivaleria a deixar-se os militares sem defesa, enquanto que as imunidades parlamentares "tudo permitiam", no caso, a um senador. Nesse dia, Deodoro, conservador, e Câmara, libe-

ral, fazem as pazes políticas e irmanam-se na Questão Militar.

6 de outubro de 1886 – Deodoro solidariza-se, em carta, a Cotelipe, com os militares do Rio Grande perseguidos pelo Ministro da Guerra (um civil).

19 de outubro de 1886 – O senador Gaspar Silveira Martins, no Senado, conclama o governo a prender Deodoro, recolhê-lo à Corte e submetê-lo a Conselho de Guerra. (Deste senador, consta versão de que seria o Presidente do Conselho de Ministros que sucederia Ouro Preto, derrubado por Deodoro em 15 Nov 1889, caso não tivesse proclamado a República.)

1º de novembro de 1886 – Deodoro é substituído na Presidência do Rio Grande do Sul (cargo político), depois de censurado por Cotelipe por "incentivar manifestações de indisciplina".

16 de novembro de 1886 – Deodoro responde a Cotelipe e reafirma sua solidariedade aos militares ofendidos por parlamentares.

22 de dezembro de 1886 – Deodoro, a pedido, é exonerado do Comando das Armas e da Vice-Presidência da Província do Rio Grande do Sul.

8 de janeiro de 1887 – Deodoro participa, na casa do Senador Marechal Câmara, de homenagem ao Tenente-Coronel Sena Madureira, punido por defender-se de acusações públicas

formuladas por um senador, e por ter sido demitido do comando da Escola de Tiro do Rio Pardo.

10 de janeiro de 1887 – Deodoro e Sena Madureira, exonerados de seus comandos, retornam à Corte.

29 de janeiro de 1887 – Deodoro e Sena Madureira são recepcionados por alunos da Escola Militar da Praia Vermelha, em suas chegadas ao Rio. Em consequência, o irmão de Deodoro, Brigadeiro Severiano Martins pede demissão do comando da Escola Militar.

2 de fevereiro de 1887 – Deodoro preside reunião no Teatro Recreio Dramático, onde a oficialidade presente aprova moção destinada a recorrer-se ao Imperador para anular punições decorrentes de avisos cancelados. Deodoro é constituído representante da reunião com aquele fim.

3 de fevereiro de 1887 – Deodoro se dirige, em carta, ao Imperador, solicitando anulação de punições baseadas nos já revogados avisos disciplinares.

5 de fevereiro de 1887 – Deodoro é demitido do cargo de Quartel-Mestre-General, ficando sem comissão por longo tempo.

12 de fevereiro de 1887 – Joaquim Nabuco alerta a Monarquia que ela estava lançando as Forças Armadas nos braços dos republicanos. Deodoro escreve a D. Pedro II e acusa o

Ministro de trair o Imperador na Questão Militar.

11 de maio de 1887 – Deodoro é absolvido, pelo Superior Tribunal de Justiça, da acusação de desvio de verba do Exército, feita por Euletério Camargo, parlamentar liberal gaúcho, ex-Ministro da Guerra e também Engenheiro Militar, a mando de Gaspar Silveira Martins.

Maio de 1887 – Deodoro e Câmara firmam Manifesto dos Generais, redigido em parte por Ruy Barbosa, solicitando o cancelamento das punições de Sena Madureira. O manifesto atinge o seu objetivo.

20 de maio de 1887 – Gaspar Silveira Martins consegue que o Senado aprove moção ao governo para cancelar punições. O que Cotelipe acede. E isso marcou a fim da Questão Militar.

21 de maio de 1887 – Deodoro é alertado, por Júlio de Castilhos, em *A Federação*, bem como o Exército, que a atitude conciliatória do governo em relação à classe militar visava a “encobrir uma péruida vingança no futuro, já que o Gabinete Cotelipe permanecia no poder”.

26 de junho de 1887 – Deodoro preside a fundação do Clube Militar, quando é aclamado seu presidente. A entidade surgiu como corolário da Questão Militar. (Ver *Revista do Clube Militar* nº 281, 1987, comemorativa do centenário do Clube

Militar.)

10 de julho de 1887 – Floriano, em carta a João Neiva, escreve: “Vi a solução da Questão Militar. Excedeu, sem dúvida, a expectativa de todos. Fato único que prova exuberantemente a podridão que vai por todo este país. Portanto, há necessidade de uma ditadura militar para expurgá-la. Como liberal que sou, não posso querer para o meu país o governo da espada. Mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que, como o nosso, está corrompido. O que pensas a respeito?” (Fonte: MIRANDA, Salm. *Floriano*, p. 56.)

26 de outubro de 1887 – Deodoro firma, como Presidente do Clube Militar, petição à Princesa Regente Isabel, pedindo para liberar o Exército de encargos relacionados com a prisão da escravos fugidos. Esse fato, segundo o Marechal Rondon, acelerou a Lei Áurea e equivaleu a decretá-la de fato.

Março de 1888 – Dá-se a queda do Gabinete Cotelipe, em função de incidente com a classe militar, gerado pela prisão, em xadrez policial, de oficial reformado da Marinha. Este fato incendiou os ânimos do Clube Naval.

28 de julho de 1888 – Deodoro é nomeado para o comando das Armas da província de Mato Grosso. Foi uma manobra

gue, no Clube Naval, a adesão do Chefe de Divisão, Eduardo Wandenkolk, ao movimento para derrubar a Monarquia.

Deodoro tem sua vida ameaçada ao ser tomado de forte crise de asma brônquica crônica, tendo que ficar até o início da noite, no Andaraí, na casa do seu irmão, Dr. João Severiano da Fonseca, atual Patrono do Serviço de Saúde, segundo informou o General Médico Dr. Alberto Martins da Silva.

O Major Solon Ribeiro, futuro sogro de Euclides da Cunha, espalha, na Rua do Ouvidor, boatos de que foram presos pelo governo, ao anoitecer, o Marechal Deodoro e Benjamin Constant, e de que a Guarda Negra, integrada por ex-escravos e organizada, em 1888, por José do Patrocínio, para defender a Princesa Izabel dos escravagistas, iria atacar a 2ª Brigada, em São Cristóvão. O boato surtiu efeito e precipitou os acontecimentos.

Floriano não comparece à reunião na casa de Ouro Preto, a fim de esclarecer sobre a carta que enviou ao Ministro da Justiça.

Ouro Preto se recusa a desmentir rumores da prisão de Deodoro, o que faz muito tarde.

O Marechal Floriano mantém-se evasivo em relação a Ouro Preto, enquanto a conspiração caminha acelerada.

15 de novembro de 1889 –

O Visconde de Ouro Preto, ainda de madrugada, decide reunir todo o Gabinete de Ministros, no dia seguinte, no Quartel-General do Exército, no Campo de Santana, para enfrentar a sublevação da 2ª Brigada, de que tomou conhecimento. A seguir telegrafta ao Imperador, informando-lhe da sublevação.

Segundo Quintino Bocaiúva, "nesse mesmo dia 15, o Ministério reunido tomaria providências e nós, os republicanos, seríamos trancafados. E coisa interessante! Os planos que traçamos por longos dias, para apanhar reunido o Ministério, foram por si mesmos nesse dia realizados. O Ministério veio, por iniciativa própria, meter-se em ratoeira no Quartel-General, impossibilitando qualquer ato de energia da parte do governo contra a revolução".... (Fonte: *Idéias Políticas de Quintino* p. 645).

Ações e movimentações do Marechal-de-Campo Manoel Deodoro da Fonseca em 15 de novembro de 1889.

Já apresentando um pouco de melhorias do ataque de asma brônquica que o atacou no dia 14, quase o levando à morte, Deodoro retornou, ao final da noite de 14, da casa de seu irmão Dr. João Severiano da Fonseca, no Andaraí, para a sua casa. Mandava, por seu irmão, o 2º

Tenente reformado Pedro Paulino, e por seu sobrinho, Hermes da Fonseca, ambos republicanos, recado a Benjamin Constant de que se colocaria à frente da 2ª Brigada vinda de São Cristóvão. Assim, atendia ao alerta recebido do Dr. Benjamin Constant, através de sua esposa, em sua casa, no fim da noite de 14 e, seguramente, também de Quintino Bocaiuva, segundo depoimento deste.

Deodoro levantou-se cedo, fardou-se de Marechal-de-Campo e embarcou, sem a espada, numa caleça, levando, num saco, seus arreios. Foi ao encontro da 2ª Brigada e a encontrou na altura do Gasômetro, hoje Companhia Estadual de Gás. Reconhecido, foi aclamado calorosamente. Assumia o comando das tropas da 2ª Brigada, assim dispostas em colunas: 1º Regimento de Cavalaria; ofi-



Última fotografia do Generalíssimo Deodoro, tirada em 1891 para o quadro a óleo de F. Machado existente no Palácio do Congresso do Amazonas.

cialidade da Escola Superior de Guerra, transformada em guarda de honra de Benjamin Constant (que trazia a seu lado Pedro Paulino, irmão de Deodoro); o 2º Regimento de Artilharia, com 16 peças, 80 protegidas por homens a pé do 9º Regimento de Cavalaria; e, na retaguarda, uma carroça de munições e, sobre os armões, cunhetes de munição de Infantaria, para serem distribuídos aos alunos da Escola Militar e algumas praças do 1º Batalhão de Engenheiros, esperados da Praia Vermelha, ao comando de Marciano, irmão de Benjamin Constant.

Deodoro, com certa dificuldade, em razão dos efeitos do ataque de asma do dia anterior, deslocou-se na caleça até próximo do Campo de Santana. Ali montou no baio nº 6 do 1º Regimento de Cavalaria, cedido pelo Alferes do 1º Regimento de Cavalaria, Eduardo Barbosa, ajudado por Pedro Paulino, e foi colocar-se à frente do portão do Campo de Santana, já aberto.

Deodoro ficou junto ao Portão do Campo de Santana e dispôs a tropa defronte o Quartel-General do Exército, onde se encontrava reunido o Gabinete Ouro Preto.

Deodoro determinou, ao General Almeida Barreto, que defendia o Quartel-General, entre este e a Estrada de Ferro, mas comprometido com a revolução, que ele se incorporasse ao dis-

positivo revolucionário. Isso só aconteceu 15 minutos depois de Benjamin Constant, pessoalmente, transmitir-lhe o pedido de Deodoro. Essa tropa era constituída de Imperiais Marinheiros e parte do Corpo Militar de Polícia da Corte.

Deodoro fez um sinal de irritação com o braço e de pedido de silêncio à tropa quando esta ovacionou Quintino Bocaiúva em sua chegada ao Campo, montado num cavalo tordilho, depois de ter dado um viva à República. (Fonte: Senna, *Deodoro*).

Deodoro percebeu estar se aproximando do Quartel-General, para nele ingressar, o Ministro da Marinha, Barão de Ladálio, e mandou prendê-lo por seu Ajudante-de-Ordens, Tenente Adolfo Pena Filho. O Barão de Ladálio resistiu, à bala, à ordem de prisão dada em nome de Deodoro. Atirou, com uma pistola de dois canos. Um tiro no Tenente Pena Filho e outro em Deodoro, errando ambos. A escolta reagiu e feriu levemente à bala o Barão, que só não foi morto em virtude da ordem de Deodoro: "Não atirem neste homem!" O Barão foi medicado na antiga residência do Conde de Itamarati, pouco depois transformada em sede do Governo da República.

Deodoro, ao tomar posição, tinha enviado o Tenente-Coronel Silva Teles, Comandante do 1º

Regimento de Cavalaria, ao Marechal Floriano, dizendo que já podia conferenciar com Ouro Preto. Ouro Preto responde negativamente, justificando que nenhum comando fora confiado a Deodoro pelo Governo e que ele, Ouro Preto, não podia conferenciar com um general que se apresentava em revolução contra o Governo legal.

Deodoro, pouco depois das 9 horas, aproximou-se do Quartel-General, defendido por cerca de 1000 homens ali dispostos durante a madrugada, ao comando do Barão de Apa, irmão do Ministro da Guerra, Visconde de Maracaju, ambos primos de Deodoro.

Com o concurso do Capitão Pedro Paulo da Fonseca Galvão e praças do 1º Batalhão de Infantaria, que guardavam o Quartel-General, este foi aberto. Por ele precipitou-se Deodoro a galope e descoberto, com o boné na mão direita, conforme immortalizou a cena Henrique Bernardelli. No pátio estavam dispostas as seguintes forças de defesa: Imperiais Marinheiros, guardando uma metralhadora bem defronte do portão; o Corpo de Fuzileiros; Contingente do 1º Batalhão de Infantaria de Guarda do Quartel-General; Força de Bombeiros e 7º Batalhão de Infantaria, que aquartelava no Mosteiro Santo Antônio e que se constituía na principal força da 1ª Brigada.

Deodoro, ao passar pela

banda do 7º Batalhão de Infantaria, mandou que ele abrisse o toque a que tinha direito. Um capitão do batalhão deu um viva ao Marechal Deodoro, que foi respondido por toda a tropa no interior do quartel.

Deodoro estava senhor da situação!

Dominada a situação, Deodoro determinou que as tropas que estavam no interior do Quartel-General formassem na parte externa com a 2ª Brigada.

Deodoro desmontou e, tendo a seu lado Benjamin Constant, visivelmente abatido e combalido, chegou, com dificuldades, ao andar superior, acompanhado de diversos oficiais. Ali estavam reunidos, na Sala da Secretaria de Guerra, desde o amanhecer, todo o Gabinete Ouro Preto, assim composto (menos o Barão de Ladário):

Chefe do Gabinete de Ministros: Visconde de Ouro Preto

Ministro da Guerra: Visconde de Maracaju

Ministro do Império: Barão de Loreto (Fundador da Bibliex)

Ministro da Justiça: Cândido de Oliveira

Ministro da Agricultura: Lourenço de Albuquerque

Ministro de Estrangeiros: José Francisco Diana

Ouro Preto acabava de redigir um telegrama ao Imperador, que entregou ao Diretor-Geral da Secretaria de Guerra, Barão de Itaipu, para pessoalmente

entregá-lo à Estação Central dos Telégrafos e cujo teor era o seguinte: "Senhor, o Ministério sitiado no Quartel-General da Guerra, à exceção do Sr. Ministro da Marinha, que consta achar-se ferido em casa próxima, tendo por mais de uma vez ordenado debalde, por ordem do Presidente do Conselho e do Ministro da Guerra, que se repelisse pela força a intimação armada do Marechal Deodoro, e diante das declarações feitas pelos Generais Visconde de Maracaju, Floriano Peixoto e Barão do Rio Apa de que, por não contarem com tropa reunida, não há possibilidade de resistir com eficácia, deponho nas augustas mãos de Vossa Majestade o meu pedido de demissão. A tropa acaba de fraternizar com o Marechal Deodoro, abrindo-lhes as portas do quartel". (Fonte: SENNA, *Deodoro* p. 87.)

Deodoro, ao penetrar na Sala da Secretaria de Guerra, deparou com Ouro Preto, de pé, apoiado no encosto da cadeira. Dirigiu-se ao Ministro da Guerra com estas palavras: "Adeus, primo Rufino." A seguir, falou que se colocara à frente do Exército para vingar as gravíssimas injustiças e ofensas recebidas do governo, as quais enumerou. Declarou que o Ministério estava deposto e que todos os ministros poderiam retirar-se para suas casas e que seria organizado outro gabinete, de acordo

com indicações que ia levar ao Imperador...

As críticas eram dirigidas a Ouro Preto e a Cândido de Oliveira.

No tocante ao Imperador, segundo Ouro Preto, Deodoro teria declarado: "Ele tem a minha dedicação; sou seu amigo, devo-lhe favores. Seus direitos serão respeitados e garantidos." Esta declaração é rebatida como caluniosa por Clodoaldo Fonseca (*Deodoro e Ouro Preto*, p. 109).

Ouro Preto afirmou que, sempre que Deodoro referia-se ao Exército, Benjamin Constant completava "e também a Arma-daria".

Ouro Preto comportou-se com brio e dignidade. Pouco antes tentara por tudo levar o Ministro e o Ajudante-General a resistirem cercados a forças superiores apoiadas por 16 bocas de fogo. A essa altura foi que um filho do Marechal Câmara, Ajudante-de-Ordens de Floriano, ter-lhe-ia dirigido o seguinte alerta: "Esta ordem, Sr. Ministro, pode provocar entre nós apenas uma carnificina inútil e tremenda. Pense V. Exa. na responsabilidade que terá tal loucura ordenando." (Fonte: EDMUNDO, Luiz. *Como se Fez a República*. p. 163).

Deodoro desceu para confraternizar, defronte do Quartel-General, com as tropas do Exército, Marinha, Polícia e Bombeiros, e

colocou-se à frente das mesmas para um desfile.

O 2º Regimento de Artilharia, enquanto Deodoro confraternizava com a tropa no interior do Quartel-General e depunha o Gabinete, deu uma salva de 21 tiros.

Enquanto isso se passava, já havia chegado ao Campo de Santana a Escola Militar, com praças do 1º de Engenheiros, e mais o 10º Batalhão de Infantaria, que fora mandado para prendê-la e que aderiu ao movimento.

Deodoro colocou-se à frente das tropas do Exército, da Armada, da Polícia e do Corpo de Bombeiros e percorreu o seguinte itinerário: Rua da Constituição – Largo do Rossio, atual Tiradentes (sede do Clube Naval) – Rua do Teatro – Largo de São Francisco – Rua do Ouvidor (sobrado 155 – sede do Clube Militar), da redação do *Diário de Notícias*, onde estavam Lopes Trovão, Aristides Lobo, Silvio Romero e Almeida Pernambuco, e onde Aristides Lobo discursou. Mais adiante, no jornal a *Cidade do Rio*, discursou José do Patrocínio e, na redação da *Gazeta de Notícias*, falou Silva Jardim (segundo EDMUNDO. *Como se Fez a República*, p. 168).

A tropa dobrou na rua 1º de Março, junto à igreja Santa Cruz dos Militares, e foi fazer alto junto ao portão do Arsenal de

Marinha, de onde surgiram os chefes de Divisão e o Barão de Santa Marta, Wandenolk e Foster Vidal.

Deodoro apeou do cavalo e confraternizou com aqueles oficiais e agradeceu-lhes a cooperação da Armada.

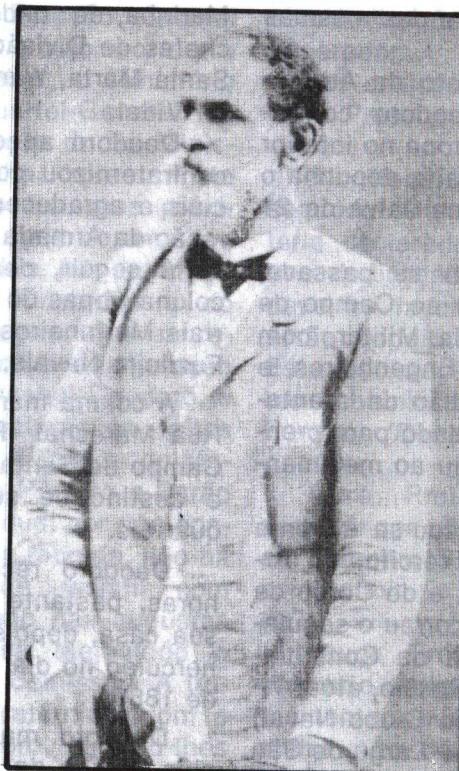
A seguir, desincorporaram da coluna tropas do Corpo de Imperiais Marinheiros e do Corpo de Fuzileiro Navais.

A coluna marchou pela atual Rua Marechal Floriano até o Campo de Santana, onde tomou o destino de seus respectivos quartéis.

Deodoro recolheu-se às 14 horas, bastante doente, para a sua casa, depois de um esforço hercúleo no dia 15 de novembro de 1889.

Deodoro manteve-se indefinido acerca da Proclamação da República. Os republicanos foram à sua casa à tarde e o encontraram prostrado. Foram recebidos por Benjamin Constant, que argumentou “não se poder impor uma forma de governo ao povo; o imperador ficará interditado. Convocaremos uma Constituinte”. (Fonte: SILVA, Hélio. 1889 – A República não esperou. p. 127.)

Deodoro, depois de uma muito sofrida tarde, só ao anotecer em sua casa, proclamou efetivamente a República, ao assinar, como Chefe do Governo Provisório, o Decreto nº 1 de 15



Deodoro no Palácio Itamaraty – 1890.

de novembro de 1889, referendado por seus ministros:

Aristides da Silveira Lobo – Ministro do Interior

Tenente-Coronel Benjamin Constant – Ministro da Guerra

Chefe da Esquadra E. Wandenkolk – Ministro da Marinha

Quintino Bocaiúva – Ministro das Relações Exteriores e interno da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

O Decreto nº 1 estabelecia, entre outros pontos:

“O Governo Provisório dos Estados Unidos do Brasil decreta:

Art. 1º – Fica proclamada provisoriamente e decretada, como forma de governo da Nação Brasileira, a República Federativa.

Art. 2º – As províncias do Brasil, reunidas pelos laços da federação, ficam constituindo os Estados Unidos do Brasil.”

E prossegue dando outras providências.

Deodoro permaneceu no leito vários dias, sendo que todas as soluções foram encaminhadas por Benjamin Constant e Quintino Boaiúva, segundo depoimento deste, em que se refere diversas vezes à enfermidade de Deodoro em 14/15 de novembro:

"Deodoro, eu soubera na véspera, estava com o peito que era uma chaga, incapaz de apanhá um chinelo. Entretanto, procurado em nosso nome, fez um esforço sobre-humano, fardou-se, pediu um carro e saiu pela manhã para São Cristóvão."**

"No Mangue, encontrou-se com a força (2^a Brigada) e, então, aquele homem, quase morto, transfigurou-se ao som marcial dos clarins! Saltou do carro, tomou um cavalo de um oficial e pôs-se à frente do corpo para comandar à vitória." (*Idéias Políticas de Quintino Boaiúva*. p. 644.)

A Casa de Deodoro, hoje integrando o Museu Histórico do Exército, foi em realidade o local onde tiveram curso as mais graves decisões que desaguaram no 15 de novembro, e ainda nesse e nos dias seguintes, e a primeira sede do governo da centenária República do Brasil. É monumento que precisa ser preservado a todo o custo.

BIBLIOGRAFIA

1. BENTO, Cláudio Moreira, Cel. Quartéis-generais das Forças Armadas. Rio, FHE-POUPEX, 1988 (e inclusive a pesquisa básica mais ampla e detalhada existente no Arquivo Histórico do Exército e IHGB) e 160 anos do nascimento do Marechal na RCM, p. 17, nº 281.
2. CÂMARA DOS DEPUTADOS. O Ministério Ouro Preto e a República in: *Perfil parlamentar de Silveira Martins*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1979, pp 77-84.
3. CONSTANT NETO. Benjamin. *Benjamin Constant*. Rio, Leuzinger, 1940.
4. CORREIA, Leônio. *A verdade histórica sobre o 15 de novembro*, Rio, Imp. Nac. 1939.
5. CUNHA, Epaminondas Ferraz da, Gen O Exército (*Guarnição do Rio de Janeiro*) no dia 15 de novembro de 1889. *Defesa Nacional*, nº 635, 1970. (Separata) (fonte básica).
6. DUNLOP, C.J. *História dos bondes do Rio de Janeiro*. Rio, Laemmert, 1953. v.2.
7. EDMUNDO, Luiz. Como se fez a República in: *A República Brasileira*. Rio, Bibliex, 1934, pp 142-178.
8. ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. O Exército e a República in: *História do Exército Brasileiro*. Rio, Sergraf. IBGE, 1972, v.2. pp 671-674.
9. FONSECA, Clodoaldo, Ge Deodoro e Ouro Preto in: *Deodoro e a Verdade Histórica*. Rio, Imp. Nac. 1937, pp. 109-111 (Fonte muito esclarecedora).
10. FORTES, Heitor, Gen 2º Regimento de Artilharia in: *Velhos Regimentos*. Rio, Bibliex, 1964, pp 95-133.
11. FRAGOSO, Augusto Tasso, Gen. Revolvendo o passado. *Jornal do Comércio*. 1940 (Transcrito in: SILVA, Hélio. *A República não esperou...* pp. 487-489.)
12. GUÍMARÃES, Tiago. Como se fez a República, um interview – com o Gen Quintino Boaiúva in: *Idéias políticas de Quintino Boaiúva*. Brasília. Senado Federal e Casa Ruy Barbosa. Centro Graf. Senado, 1896. vol. 1, pp 640-646 (textos selecionados por Eduardo Silva).

13. JORNAL DO COMMÉRCIO DE SÃO PAULO. Quinze de Novembro - reminiscências e restituições históricas. São Paulo, 17 - Dez 1903 (Transcrito do Visconde de Ouro Preto.)
14. MIRANDA, Salm de, Gen. Floriano e a conspiração republicana e no 15 de Novembro in: *Floriano*, Rio, Bribliex, 1963, pp 94-128.
15. MOREIRA, Ilha, Mar, Deodoro o magnânimo in: *Deodoro e a verdade histórica*. Rio, Imp Nac 1937, pp 31-98. (Atribui a Deodoro, em 15 Nov, a frase "A República é a nossa única safda e a salvação do Exército").
16. SENNA, Ernesto. *Deodoro - subsídios para a História - notas de um repórter*. Rio, 1913, pp. 43-44 (Ata reunião de 09 Nov no Clube Militar).
17. REVISTA DO CLUBE MILITAR nº 281 e 281, 1987 (Edições históricas comemorativas do Centenário do Clube Militar em 1987). (Fontes importantes.)
18. SILVA, Hélio. Proclamação da República in: *A República não esperou amanhecer*. Rio, Ed Civilização Bra-
- sileira, 1972, pp. 87-136.
19. TAVARES, Aurélio, Gen. Aristides Lobo e os militares in: *Aristides Lobo e a República*. Rio, José Olímpio, 1987. - pp. 66-71.
20. VIVEIROS, Esther de. A República. in: *Rondon conta a sua vida*. Rio, Coop Cult Esperantistas, 1969, p. 45.

NOTAS

(*) A esse respeito, o ex ajudante-de-ordens do Marechal Deodoro, Ilha Moreira, escreveu, em 1937: "O Marechal Deodoro, em matéria de República, era assaz refletido, em se tratando de assunto de tão magna importância, como essa da transformação do regime político da nação. Assim, ele precisava cercar-se de garantias, para que não fosse vítima de um fracasso, por não haver profundamente refletido."

(**) Segundo a Major Elza Medeiros, o peito e as costas do Marechal Deodoro estavam em chagas, em razão do uso de ventosas.



CLÁUDIO MOREIRA BENTO, Coronel de Engenharia QEMA, designado para o Serviço Ativo do Exército, como Diretor do Arquivo Histórico do Exército, cuja Comissão de História integrou. Possui todos os cursos militares regulares e mais o de Pesquisador de História das Forças Terrestres Brasileiras e de Analista de Alto Nível EsNI. Comandou o 4º BECmb em Itajubá-MG, 1981-82, da qual é cidadão honorário, por unanimidade.

É sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e congêneres do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso e das cidades de Pelotas e São Leopoldo. É membro das Academias Brasileiras de História, Rio-Grandense de Letras, Canguçuense e Itajubense de História, da Sociedade Brasileira de Geografia, da Ordem dos Velhos Jornalistas, Irmão de Santa Casa (RJ) e sócio do Instituto Boliviano do Rio de Janeiro. Possui 22 livros e plaquetes escritos e centenas de artigo, sobre a História Militar do Brasil e em especial e do Exército.